



RESENHA

BUFFON, E. A. M. et al. **RISCOS HÍBRIDOS concepções e perspectivas socioambientais.** Francisco Mendonça (Org.). 1ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2021.142p.

Geise Corrêa Teles- USP- São Paulo- SP- Brasil

geise-correa@usp.br

A obra é um compilado de cinco textos escritos por distintos autores, cujas pesquisas inserem-se no campo socioambiental. A conexão entre eles é estabelecida pela temática do risco, com proposição geral do manuscrito de apresentar o conceito e aplicação dos “riscos híbridos”. O livro é organizado pelo Prof. Francisco Mendonça, geógrafo que há décadas dedica-se ao estudo dos riscos socioambientais urbanos, neste escrito em particular ele objetiva mostrar a importância da análise sistemática e holística dos distintos tipos de risco.

No primeiro capítulo intitulado “Riscos Híbridos” escrito por Francisco Mendonça e Elaiz Buffon é discutida a polissemia, abrangência e tipologia de riscos. A polissemia se constrói na forma como as sociedades concebem os riscos. A formação da modernidade, sobretudo, no contexto de expansão da industrialização e urbanização escancara a necessidade de lidar com diferentes riscos, como o tecnológico, por exemplo, contribuindo com a formação de distintas abordagens nas quais o risco é discutido e analisado.

A “sociedade do Risco” icônica obra escrita pelo sociólogo Ulrich Beck (1992), é o ponto de partida para essa reflexão, pois pressupõe que a dinâmica tecnológica e organizacional da sociedade moderna, acarreta perigos complexos, imprevisíveis, e até, incontrolláveis, produtos da própria ação humana. O advento da globalização traz à tona a discussão sobre os “riscos globais” e impactos, tidos pela primeira vez como

imensuráveis para distintas sociedades e ambientes, cujas formas de lidar com o risco também são diferentes.

Entre as distintas tipologias conceituais do risco estão a realista-objetivista, que pressupõe a mensuração dos riscos, a construcionista, pautada no estruturalismo e a subjetivista, baseada no contextualismo. Ainda dentro de uma orientação construcionista, porém com uma perspectiva pós-estruturalista, a concepção de riscos híbridos admite que o risco seja uma construção social, assentada na associação entre dois ou mais riscos específicos. Os riscos naturais, sociais e tecnológicos, por exemplo, estão imbricados, sem que na realidade operante possam ser separados, o que implica para essa concepção, que sejam analisados sistematicamente.

Como exemplo de pesquisa de áreas de risco híbrido os autores apresentaram um estudo de caso sobre inundações no município de Pinhais, pertencente a região metropolitana de Curitiba-PR. Neste estudo aparecem os elementos que completam a tríade de análise dos riscos: vulnerabilidade e resiliência. A partir da combinação do mapeamento de vulnerabilidade social e de zonas históricas de inundações, gerou-se o mapeamento do risco híbrido histórico da área em questão. Este estudo mostra que os riscos são dinâmicos e cumulativos, mas podem ser avaliados e prevenidos, antes de se tornarem desastres.

Os capítulos seguintes, com diferentes metodologias e áreas de estudo, evidenciam a polissemia que cerca as distintas abordagens de risco. E salientam o quão distante ainda estamos de uma abordagem integrada, tal como propõe a concepção de riscos híbridos.

No capítulo 2 intitulado “Índice DRIB- Indicadores de Risco de Desastres e Mudanças Climáticas no Brasil” escrito por Lutiane Almeida, o autor cria um índice para tentar avaliar os níveis de exposição e vulnerabilidade de potenciais populações atingidas por enchentes, deslizamentos de terra, secas e elevação do nível do mar no Brasil. Os principais indicadores usados foram: exposição aos perigos naturais, suscetibilidade a danos em uma condição de emergência, capacidade de respostas da população

potencialmente atingida de reduzir possíveis danos e capacidade de adaptação a longo prazo.

Os resultados da pesquisa mostram que as principais áreas de exposição aos riscos estudados estão localizadas na região Sul, Norte, sobretudo na bacia do rio Amazonas, e nos municípios da costa leste da região Nordeste. O Sul e o Nordeste do país, embora estejam muito expostos aos riscos, apresentam diferentes vulnerabilidades, que estão ligadas diretamente às suas capacidades de enfrentamento para se recuperar de situações adversas.

Alguns desafios se colocam nessa pesquisa, o primeiro deles é a reunião de dados em escala nacional e o segundo a padronização e interpretação desses dados. Análises estatísticas e de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) são utilizados para normalizá-los, mas até que ponto eles expressam análises de riscos híbridos? Esta não é uma questão sobre problema de ferramentas metodológicas, mas uma crítica que deve ser feita ao individualismo metodológico ligado ao funcionalismo massivamente presente nas pesquisas sobre risco no campo ambiental.

Conhecer e reconhecer os riscos híbridos exigem não apenas identificar e mapear indivíduos e áreas vulneráveis ao risco, mas compreender como tais condições se produzem, sem que os casos estudados pareçam isolados. No campo empírico observa-se que essa proposição não é tão simples.

No capítulo 3 intitulado “Riscos Hidrometeorológicos: Exemplos do Leste do Canadá”, Guillaume Fortin faz uma revisão de literatura sobre análise de riscos hidrometeorológicos, tomando como base duas áreas de estudo, a península de Gaspé, extremo leste da província de Quebec, em que se avalia o risco de avalanches, e a província de New Brunswick, localizada ao sul da península de Gaspé, em que se avalia os riscos de enchentes.

No primeiro momento o autor explica que não há consenso na literatura sobre a definição de riscos hidrometeorológicos, porém ele entende que os riscos hidrometeorológicos devem abranger tanto eventos repentinos, quanto processos duradouros, que podem ser de origem atmosférica, hidrológica ou oceanográfica, sem

desprezar o fato que as condições hidrometeorológicas podem influenciar em outros tipos de risco, como deslizamentos de terra e incêndios florestais, por exemplo.

A cobertura de neve na península de Gaspé está associada a vários tipos de risco naturais, como inundações provocadas por episódios de chuvas intensas na neve, inundações repentinas derivadas do derretimento de neve por calor intenso e avalanches causadas por outros fatores que interferem na movimentação da massa de neve acumulada. Nenhum dos riscos mencionados é novidade na região, por isso é comum o uso de distintas abordagens para seus estudos. As abordagens citadas pelo autor são majoritariamente quantitativas, como a análise de casos históricos combinados com dados climáticos, por exemplo. O mesmo acontece com os estudos referentes às enchentes na província de New Brunswick, em que abordagens naturalistas são combinadas com mapeamentos hidrogeomorfológicos.

Tais abordagens não podem ser desprezadas, porém o estudo mostra que elas são predominantes na análise dos riscos naturais citados e que se apegam a critérios de presença/ausência para definir condições de risco. Os aspectos socioeconômicos são tidos como “fatores antrópicos”, reforçando a divisão cartesiana, constante nas pesquisas da Geografia Física de décadas passadas. Para correlacionar esses estudos com uma proposta de risco mais abrangente, tal como é colocado na conceituação de riscos híbridos, Fortin fala da importância da percepção para o reconhecimento das vulnerabilidades das populações locais, porém como ferramenta para planos governamentais, sem que os limites estruturais postos na sociedade sejam reconhecidos, contradizendo a própria teoria dos riscos híbridos, que entende que o risco é, sobretudo, uma construção social.

O capítulo 4 intitulado “Deslizamentos Superficiais e Escodas de Detritos: Caracterização dos Processos e Avaliação da Susceptibilidade à Ruptura e à Propagação”, escrito por Raquel Melo e José Luís Zêzere, mostra a caracterização dos principais processos e fatores relacionados com a ocorrência de deslizamentos superficiais e escodas de detritos, os dois tipos de movimento de vertente mais comuns e mais perigosos no mundo.

Os movimentos de massa de vertente são movimentos de descida, de uma massa de rocha ou solo, que com efeito da gravidade, progride para jusante e para o exterior do declive. Os deslizamentos superficiais ocorrem ao longo de rupturas planares, pouco profundas e paralelas à superfície topográfica, eles ocorrem quando a tensão de cisalhamento supera a força de resistência máxima do terreno. Já a escoada de detrito, com nomenclatura autoexplicativa, resulta da interação entre forças sólidas e fluídas que desestabilizam o equilíbrio das vertentes. O grau de periculosidade desse fenômeno vai depender do tipo do material presente e da velocidade empregada no escoamento, por isso se faz necessária a análise do perfil longitudinal da escoada de detritos.

Ademais, para análise da susceptibilidade à ocorrência desses dois movimentos de vertente, deve-se considerar os fatores de predisposição, como as características do terreno e as chamadas ações antrópicas, por exemplo. E, também, os fatores desencadeantes, como os eventos meteorológicos extremos, por exemplo. A descrição conceitual e também de metodologias, predominantemente quantitativas, trazidas pelos autores são indispensáveis nos estudos geomorfológicos e podem ser empregadas, pensado-se em estudos mais amplos, em análises de risco mais abrangentes.

Porém, coloca-se como obstáculo para se pensar o risco de forma integrada, algumas questões, como a quantificação do grau de perda resultante de um movimento de massa de vertente, que em alguns casos não tem valor monetário, ou estratégico, como insistem impor os pesquisadores quantitativos, mas sim cultural ou de pertencimento. Essa questão nos revela mais um problema nas abordagens de risco comuns nos estudos ambientais, a construção de indicadores de vulnerabilidade ao risco impostas por pesquisadores e especialistas, sem necessariamente considerar os potenciais atingidos.

O último capítulo escrito pela renomada pesquisadora Norma Valêncio, que há quase duas décadas tem publicado sobre os efeitos dos desastres socioambientais para populações e ambientes, compõe-se de um ensaio sociológico denominado “Dos Riscos Emergentes aos Desastres Recorrentes: Os Desafios da Segurança Ontológica Ante uma Gestão Pública Obtusa”. Nesse escrito a autora aborda criticamente a importância que as

estruturas institucionais adquirem ao longo dos anos, dadas as condições históricas, que podem ou não fomentar a democracia e o exercício de direitos. Na contramão do exercício democrático de direitos, o Brasil atual tem experimentado performances autoritárias de seus governantes, que no contexto de potencialização de forças e interesses individualizados, estabelece padrões de normalidade institucional à políticas de desumanização e preceitos antidemocráticos.

Para fugir dos modos de enquadramento enunciativo dos problemas, como as armadilhas de classificação dos desastres, por exemplo, que mascaram as reais condições da realidade operante, os indivíduos e instituições devem apoderar-se de uma reflexividade, que os trará experiências críticas para lidar com medidas autoritárias. No panorama contemporâneo sobre riscos e desastres, a reflexividade constitui-se como um anteparo de compreensão de que os riscos e desastres, assim como as crises, não são externos à sociedade, mas decorrentes do seu próprio modo de funcionamento, característico da modernidade.

A persistência da orientação institucional brasileira em manter a invisibilidade no campo de embate entre as diferentes noções de risco e desastres, é uma ameaça ontológica aos sujeitos que se opõe ao pensamento hegemônico, uma vez que quando estes são incluídos em algum mecanismo de gestão, são adestrados aos repertórios técnicos dos governos, que não dispõem de uma escuta ativa para lidar com questões divergentes das suas. O que resulta no silenciamento, descredibilização ou criminalização daqueles que não aceitam enquadrar-se nas regras governamentais postas.

O texto de Norma Valêncio encerra a obra com a reflexão de uma premissa abrangente sobre riscos e desastres, a compreensão de que há uma diferença, por vezes ignorada, entre o evento que desencadeia um desastre e os efeitos desse evento, que correspondem ao desastre propriamente dito. As autoridades técnicas tendem a ignorar esses efeitos quando não são palpáveis, ou controláveis a curto prazo. Indicando que, os riscos não são previstos de forma relacional, o que torna o conceito de riscos híbridos urgente na formulação e emprego de políticas socioambientais mais justas.

Doutoranda em Sustentabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2013). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2016). Especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior da Amazônia (2019). Foi professora colaboradora da UFPA nas disciplinas de climatologia e biogeografia. Integra Programas de Extensão Universitária em Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Colabora em projetos de pesquisa na zona costeira do Pará. Atua com os seguintes temas: educação ambiental, gestão e planejamento ambiental, áreas protegidas, ecologia amazônica, justiça ambiental, conflitos socioambientais e sustentabilidade. Atualmente é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Recebido para publicação em 02 de julho de 2024.

Aceito para publicação em 15 de outubro de 2024.

Publicado em 23 de outubro de 2024.